

Diálogo de surdos

O GLOBO

O diálogo entre o Governo e os professores da rede pública de Primeiro e Segundo Graus no Estado e no Município do Rio de Janeiro tem-se mostrado muito mais difícil do que se poderia supor, entre partes empenhadas no interesse comum da escola pública. Certamente este não é atendido por atitudes que frustram o diálogo — como a rispidez, a arrogância, a insolência.

NÃO faz muito tempo, foi o Governador Leonel Brizola a sair bruscamente do auditório em que mal entrara, derrotado por vaias que anulavam as perspectivas do debate por ele acertado com os professores. Anteontem, uma cerimônia de posse de servidores municipais, presidida pelo Prefeito Marcello Alencar, foi atropelada pelos gritos de um grupo de professores logo ao início, enquanto ainda se ouviam os acordes do Hino Nacional.

O DIÁLOGO é difícil, porque relativamente recente. Durante bom tempo, como se sabe, não houve diálogo algum. Os professores tinham que se conformar com o que lhes viesse de cima; foi a época em que

mais se acentuou a degradação da profissão. Essa frustração produziu o que era previsível: desconfiança crônica e opção pelo confronto permanente, tão logo se deu a descompressão. É a constante que se tem observado nos últimos tempos, nas relações entre o Estado e os professores; que em nada se tem alterado, com a troca periódica de titulares do poder político. Governadores e prefeitos de diversos partidos e tendências se têm visto às voltas com o mesmíssimo contencioso em face do magistério. E não parece próxima a recuperação da capacidade do diálogo e da negociação.

O ESTADO terá de entender que é preciso restabelecer a dignidade do professor, mesmo sob a crise econômica. Porque a imagem do professor se confunde com a própria imagem da escola pública, e a oferta de educação passa inevitavelmente pela qualificação do professor. Um professor público que, com carga dobrada de jornada de trabalho, não consegue o salário de um mototrista de ônibus urbano, só pode ver desqualificadas a formação que recebeu e a que tenta

transmitir. E que ânimo se incute no professor da rede estadual em início de carreira, ao lhe atribuir vencimento bruto que não supera nem em 40 por cento o salário-mínimo? O Estado se expõe a oferecer uma escola mínima, em duração e qualidade, por esses salários quase mínimos.

POR seu turno, os professores precisam compreender que não são eles os únicos interlocutores do Governo, em matéria de educação. Por que excluir do diálogo com o Estado os usuários da educação pública, através de seus representantes, pais ou responsáveis?

UMA mesa de negociações ampliada, com cadeiras para todos os legitimamente interessados, pode bem ser um começo de saída para os impasses que se repetem a intervalos, com prejuízos generalizados. Pode ser o contrapeso que falta a uns e outros: ao Governo, para que tenham fé suas promessas de dar prioridade à educação; e aos professores, para que a reivindicação justa e legítima não se deturpe por desmandos e falta de senso comum.